

A BAHIA COMO CAMPO

SANSONE, Livio. *Estação etnográfica Bahia: a construção transnacional dos Estudos Afro-brasileiros (1935-1967)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2022. 317 p.

Estação Etnográfica Bahia é um livro que fazia falta. Todos nós que estudamos a formação do campo de estudos das relações raciais no Brasil nos esbarramos aqui e ali com os escritos e as anedotas dos trabalhos de campo realizados, nos anos 1930 e 1940, por pioneiros norte-americanos, que seguiram os passos e as indicações de Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Edison Carneiro. Desses pioneiros – Donald Pierson, Ruth Landes, Melville e Frances Herskovits, Franklin Frazier e Lorenzo Turner – certamente Pierson é o mais estudado e referido. Isso se deveu sem dúvida à sua docência na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde formou algumas gerações, e por ter suas interpretações servido de farol para os estudos de Thales de

Azevedo e Charles Wagley na Bahia dos anos 1950, e de “boneco de palha”, segundo a expressão de Florestan Fernandes, para os estudos feitos no Rio de Janeiro e São Paulo por Costa Pinto, pelo próprio Florestan e Roger Bastide, também nos anos 1950. Ruth Landes, pelo esforço empreendido por Mariza Correa na Unicamp, acabou tendo sua história de vida, seus percalços de carreira e as atribulações do campo feito nos candomblés da Bahia parcialmente desvendados. Mas nos faltava um melhor conhecimento sobre o trabalho de campo dos demais, a começar pelos de Herskovits, figura de proa da Antropologia e dos estudos africanos dos anos 1940 a 1960. Pois bem, é exatamente esse mergulho no material de campo e na documentação

sobre a estadia desses pioneiros na Bahia que Livio Sansone empreende em seu novo livro.

Poucas vezes um de nós, Olívia Cunha é certamente uma exceção,¹ coletou em tantos arquivos – da North-western University, do Schomburg Center, do Smithsonian Institute, do Rockefeller Archives, das Universidades de Chicago, Virginia, Columbia e Howard, da UNESCO – e juntou tantos documentos – cartas, notas de campo, fotografias, gravações etc. – sobre o trabalho realizado por cientistas sociais num só terreno de campo, Salvador, em um curto espaço de tempo, entre setembro de 1940 e maio de 1942. Livio reproduz em *Estação Etnográfica* uma boa parte desses documentos, enriquecendo sobremaneira o nosso conhecimento. Só esse feito faria do livro leitura obrigatória.

Estação Etnográfica tem 317 páginas divididas em três capítulos, além de um breve prefácio de Gustavo Rossi, Introdução, Considerações finais, Posfácio e Bibliografia. Não foi, entretanto, escrito originalmente em português, mas em inglês, e a tradução

deixa a desejar em termos de estilo e mesmo pelo emprego equivocado de palavras. Isso mantém o original – *Field Station Bahia* – bastante atraente para o leitor com fluência em inglês.²

No primeiro capítulo – “Trajetórias: a jornada de Franklin, Lorenzo, Mel e Frances no Brasil” – é apresentado de modo datado e cuidadoso o material recolhido nos vários arquivos. A maneira como Sansone nomeia os autores, pelos prenomes, é o melhor índice do modo íntimo da narrativa, que afinal bisbilhota documentos pessoais, mas também parece apropriado ao argumento do autor – trata-se de companheiros de profissão que se tornam amigos, mais que rivais, dividindo entre si não apenas um terreno de campo, mas quase que o mesmo conjunto de depoentes e entrevistados, concentrados principalmente no entorno do Gantois e de sua mãe Menininha; de Martiniano do Bonfim e sua esposa Anna dos Santos; e da família Alakija Assunção. À primeira leitura, soa estranho que Frazier e Herskovits, que conhecemos pelo duro debate que travaram sobre a família negra na

1 Olívia Maria Gomes Cunha, *The Things of Others: Ethnographies, Histories, and Other Artefacts*, Leiden: Brill, 2020.

2 Livio Sansone, *Field Station Bahia: Brazil in the Work of Lorenzo Dow Turner, E. Franklin Frazier and Frances and Melville Herskovits, 1935-1967*, Leiden: Brill, 2023.

Bahia, fossem bons amigos. Sansone é, entretanto, convincente em mostrar a boa camaradagem entre eles, tal como revelam os documentos.

Se Livio foi muito feliz em apresentá-los como bons camaradas, tem, todavia, dificuldades em relacioná-los com o meio intelectual brasileiro e baiano, em particular, e isso por conta da carência de fontes. Se o estremecimento de Mário de Andrade com Lorenzo Turner por conta do uso deste das gravações feitas pelo primeiro se encontra bem documentado, o mesmo não é verdadeiro com respeito às relações possíveis entre Frazier e Florestan. Teriam os dois se encontrado? Terá sido mesmo Frazier uma fonte de inspiração de Florestan para sua análise do Novo Negro brasileiro, como sugere Livio? Embora seja uma pista para pesquisas futuras, o fato é que a evidência que temos é de que Florestan não compartilhou as interpretações de Frazier sobre o negro paulista, principalmente a sua distinção analítica entre preconceito de cor e preconceito de raça. Florestan citou apenas em seus trabalhos o *Black Bourgeoisie* e não os escritos de Frazier sobre o negro brasileiro. Muito mais próximo da distinção analítica

de Frazier entre “cor” e “raça” esteve Oracy Nogueira quando distinguiu entre preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. Proximidade, aliás, que vinha da filiação mútua à Escola de Chicago, a Park, a Burgess e a Hughes.

Há ainda uma sugestão de Livio ao comentar uma carta de Frazier que me parece equivocada: ao se referir a expoentes das ciências sociais brasileiras que diziam não ter vontade de visitar os Estados Unidos por conta do racismo americano, dificilmente Gilberto Freyre se enquadraria nesse perfil, ele que foi tão assíduo visitante das universidades americanas.

Há algo, contudo, que diferencia internamente os quatro, e será explorado no capítulo seguinte – “Trajetórias”. Frazier e Turner eram negros, os Herskovits eram brancos. O modo como foram recebidos no Brasil e na Bahia, em particular, seja pelas autoridades americanas, seja pelas autoridades brasileiras, seja pela “sociedade” baiana, é muito revelador. Livio sabe explorar essa diferença de tratamento e mostrar a inserção diferencial no campo, pela maior ou menor intimidade, pelo desenvolvimento ou não de laços familiares de interdependência

religiosa. Os Herskovits empregaram em sua casa filhas de santo, contribuíram financeiramente para o terreiro, pagaram seus informantes. Herskovits foi também reconhecido como ogã (suspensão), deferência destinada a poucos e ilustres frequentadores e amigos dos terreiros; Frazier e Turner não o foram. Gosto do modo como Livio conduz a discussão desse tratamento diferencial entre os pesquisadores estrangeiros negros e os brancos pelo povo de santo, e a relação que estes pesquisadores estabeleceram com seus informantes, seja por pagamento de informações, seja pela proximidade racial. Gosto principalmente porque Livio faz mais perguntas que ilações, deixando, portanto, ao leitor muitas questões em aberto. Os Herskovits e Turner pagaram informantes, Frazier não, no que isso pode ter alterado as informações recolhidas, se pergunta Livio.

Há um momento, entretanto, que Sansone parece imprudente. É quando sugere que o mesmo conjunto de informantes negros foi entrevistado por todos os pesquisadores estrangeiros que visitaram a Bahia, incluindo Pierson e Landes, e estende a afirma-

tiva para incluir os entrevistados por Thales de Azevedo em sua pesquisa sobre *Elites de Cor*.³ Sem dúvida houve alguma superposição entre os informantes dos anos 1930 e os de 1950, mas Thales utilizou um leque muito mais variado de informantes, cinquenta e seis, situados em diversas ocupações e posições sociais, que ele considerava de elite, o que significava antes de mais nada, circulação e aceitação na “alta sociedade”.

O capítulo se encerra com uma boa discussão de Livio sobre as publicações dos quatro cientistas sociais em que utilizaram suas pesquisas de campo na Bahia. É uma boa resenha crítica desse material e será bastante útil para estudantes e interessados pelas relações raciais brasileiras. Noto apenas que talvez Frazier tenha sido o único a tratar as organizações políticas negras paulistas de modo mais sério e, desse modo, aberto uma maior interlocução dos negros brasileiros com os norte-americanos de esquerda, para além do diálogo mais denso entre os primeiros e os negros do *Chicago*

3 Thales de Azevedo, *As elites de cor: um estudo de ascensão social*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

Defender, que tanto Flávio Francisco quanto Amílcar Pereira exploraram em suas teses e dissertações, agora revistas e publicadas em livros.⁴

No capítulo final – “Bahia, um lugar para sonhar” – Livio continua bem assentado no seu objeto central – Estação Etnográfica Bahia –, mas apenas os Herskovits aparecem como relevantes nesse quadro dos anos 1950 e 1970, e isso porque são eles, ou melhor, é ele, Melville, que tem uma posição de poder e de influência acadêmica que lhe permite o diálogo com os pesquisadores dirigentes do Projeto UNESCO – Alfred Métraux, Charles Wagley e Thales de Azevedo –, assim como com a direção do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia. Ou seja, essa é uma nova fase da estação etnográfica, que já não envolve uma preocupação com os africanismos ou a cultura negra, mas que tem como preocupação central as relações raciais brasileiras tal como se desenvolvem

numa velha área colonial estagnada em vias de ser transformada econômica e socialmente pela indústria do petróleo e por relações capitalistas de trabalho e produção. A pergunta-chave para os “novos americanos” – Hutchinson, Harris e Zimmerman –⁵ assim como para Thales de Azevedo é se a acomodação racial desenvolvida na *plantation* do Recôncavo se transmutará em harmonia e democracia raciais, como preconizavam Freyre e Pierson, ou se o preconceito racial tomaria a forma moderna de uma sociedade competitiva, como previam Roger Bastide e Florestan Fernandes.⁶ O contexto sociopolítico já é outro, apesar da diferença de apenas alguns anos – o pré-guerra, a guerra, e o pós-guerra mundial. O contexto ideológico também muda. Sansone teria feito bem se tivesse apontado essa nova geopolítica dos anos 1950 e 1960 como marcador de questões de campo diferentes. Eu diria que a estação etnográfica Bahia permanece interes-

4 Flávio Thales Francisco, *O novo negro na diáspora: modernidade afro-americana e as representações sobre o Brasil e a França no jornal Chicago Defender (1916-1940)*, São Paulo: FAPESP; Intermeios, 2016; Amílcar Pereira, *O Mundo Negro. A constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*, Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

5 Ver Charles Wagley, *Race and class in rural Brazil*, Paris: UNESCO, 1952.

6 Ver Roger Bastide e Florestan Fernandes, *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo; ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo*: Anhembi, 1955.

sante até hoje, mas marcar os diferentes contextos – todos permeados pela forte presença negra e africano-brasileira – ajudaria a atravessar o tempo com novos personagens. Certamente os Herskovits, no que pese a sua grande influência na política acadêmica nos anos 1950, serão mais importantes como referência teórica para o renascimento étnico e religioso negro dos anos 1970, assim como Florestan servirá de farol a iluminar a nova consciência política racial.

Enfim, essas minhas breves e rápidas observações não são mais que a reação entusiasmada para um livro que junta três preocupações – dar sentido à documentação de arquivo

de pesquisas de campo feitas na Bahia durante a Segunda Guerra, resenhar as publicações oriundas dessas pesquisas e sua repercussão acadêmica e, finalmente, entender o Projeto UNESCO na Bahia, numa grade interpretativa em que sobressai a ideia de um terreno de campo – uma estação etnográfica – que permaneceu atraente para jovens pesquisadores e jovens artistas e literatos no decorrer do século XX. Os defeitos desse livro, a começar pelo português ruim, se apagam diante de tantas sugestões, perguntas e inquietações que aparecem em cada página. Leitura obrigatória, seja para informar-se, seja para buscar novos objetos de pesquisa.

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães  

Universidade de São Paulo

doi: 10.9771/aa.v0i68.58031